

# ELEIÇÕES 2022 / Brasileiros só vão às urnas para escolher o próximo ocupante do Palácio do Planalto em outubro do ano que vem, mas a movimentação de pré-candidatos está a todo vapor. Bolsonaro e Lula polarizam o embate antecipado

Evaristo Sá/AFP - 5/5/20



Fabrice Coffrini/AFP - 6/3/20



A antecipação do debate eleitoral tem colocado Bolsonaro e Lula na estrada em busca de votos e aliados: analistas acreditam que o presidente deu início à disputa prematura pela sucessão

## Em ritmo de campanha eleitoral

» JORGE VASCONCELLOS

A pouco mais de um ano da corrida presidencial de 2022, o clima de campanha eleitoral já domina o país, com intensa movimentação de pré-candidatos e das forças políticas que vão participar do pleito. Mesmo com muito chão pela frente, a largada foi dada antes do apito oficial, e resta saber quem terá a energia necessária para cruzar a linha de chegada na frente. Em nenhum outro momento, desde os primórdios da redemocratização, a disputa rumo ao Planalto começou tão cedo.

O presidente Jair Bolsonaro e seus principais adversários aprofundam o debate eleitoral, enquanto o cenário para 2022 fica cada vez mais definido. O chefe do Executivo enfrenta o momento mais difícil do seu mandato, com o início das investigações da CPI da Covid do Senado coincidindo com os piores índices de popularidade até agora. Focado no projeto de reeleição desde que tomou posse, o capitão reformado tem pela frente uma batalha difícil, com os adversários explorando fortemente as falhas do governo durante a pandemia.

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que teve condenações anuladas e os direitos políticos restabelecidos pelo Supremo Tribunal Federal (STF), intensifica as conversas com forças de centro, em busca de alianças eleitorais. Os interlocutores incluem até adversários históricos, como o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e o ex-

presidente da Câmara dos Deputados Rodrigo Maia (DEM-RR).

Lula também tem feito uma ação diplomática paralela, em contato com embaixadores e lideranças mundiais, explorando as deficiências da política externa do atual governo. Em uma situação de crescente isolamento internacional, o Brasil não tem conseguido receber da China e da Índia os insumos necessários para a produção de vacinas contra o novo coronavírus. A questão dos imunizantes foi a principal pauta tratada pelo petista com os interlocutores estrangeiros.

Em outra frente, rompido com Lula, o ex-ministro Ciro Gomes (PDT) disputa com o petista possíveis alianças com forças de centro. Também já começou a organizar a estrutura com a qual pretende concorrer no ano que vem. Dela faz parte a consultoria do publicitário João Santana, que foi o marqueteiro das campanhas presidenciais de Lula, em 2006, e de Dilma Rousseff (PT), em 2010 e 2014, e condenado na Operação Lava-Jato.

No PSDB, a movimentação também é intensa. Os tucanos deram a largada no processo que vai definir o candidato do partido na próxima eleição presidencial. Por pressões de João Dória, uma prévia para a escolha do nome foi marcada para 17 de outubro, embora parte da legenda defenda que isso só deva ocorrer no ano que vem. Além de Dória, estão no páreo o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite; o ex-prefeito de Manaus (AM) Arthur Virgílio e o senador Tasso Jereissati (CE). Este último tem tido gran-



**Quem antecipou toda essa discussão eleitoral foi o Bolsonaro, lá atrás, ainda em 2018, muito antes da pandemia. Nessa época os atores políticos ainda estavam estudando o terreno, tentando entender o novo governo"**

André Pereira César, cientista político

de projeção por ser um dos 11 titulares da CPI da Covid.

A antecipação do debate eleitoral começou logo depois de Bolsonaro receber a faixa presidencial. Ainda no início de 2019, ele deixou claro que concorreria a um novo mandato e trouxe para o governo a polarização com as forças de esquerda que marcou a campanha vitoriosa do ano anterior.

Essa movimentação levou outros personagens a também anteciparem seus projetos eleitorais, o que provocou o rompimento do presidente com antigos aliados, como Dória e o ex-ministro da Justiça e Segurança Pública Sérgio Moro. A disputa política ficou ainda mais acirrada após o início da pandemia da covid-19, com a escalada de ataques de Bolsonaro contra governadores e prefeitos que seguem as recomendações científicas para conter o avanço do novo coronavírus.

### Análises

Pioneiro do marketing político brasileiro, cientista político e es-

pecialista em comportamento eleitoral, Antônio Lavareda disse que a antecipação de campanha eleitoral é sempre negativa para os governantes, pois gera desconfianças nos eleitores. Por outro lado, na sua visão, o fenômeno é positivo para a sociedade, que têm mais tempo para avaliar os perfis dos concorrentes.

"A estratégia básica dos governantes é tentar restringir ao máximo a campanha para o ano da eleição e, mais ainda, para o segundo semestre do ano eleitoral. Quando procurados pela imprensa, se você for pesquisar as declarações de governantes, sejam governadores, prefeitos ou presidente, no ano anterior à eleição, você vai ver geralmente eles dizendo que 'Esse é o momento de trabalhar, esse é o momento de governar; eleição nós discutiremos adiante', ou seja, no segundo semestre do ano eleitoral", disse Lavareda.

O cientista político observa que, por outro lado, Bolsonaro adotou a "estratégia equivocada" de, desde a posse como presiden-

te, de misturar o exercício do mandato com o projeto de reeleição. "Bolsonaro fez isso, provavelmente, porque ele conseguiu se eleger em 2018 por conta de uma campanha longa, que ele iniciou em 2015. Então ele quis se mirar também um pouco no evento do (ex-presidente dos Estados Unidos Donald) Trump e transformar o governo dele, a presidência dele, na cadeira presidencial, como uma campanha permanente. Ao que parece, isso tem sido uma estratégia equivocada, com consequências negativas", disse o cientista político.

O analista acrescenta que, "do ponto de vista psicológico, é como se o presidente encurtasse o mandato dele, porque quando ele coloca a questão da reeleição ele eleitoraliza todas as ações do seu mandato, trazendo desconfiança aos eleitores, além de acabar legitimando os seus adversários".

Quanto aos pré-candidatos de centro, o cientista político considera que eles deveriam se expor mais na mídia, principalmente pelo fato de terem assinado um manifesto. Ele se refere a um documento em defesa da democracia, divulgado em abril por João Dória (PSDB), Eduardo Leite (PSDB), Ciro Gomes (PDT), o ex-ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta (DEM), o apresentador Luciano Huck e o empresário João Amoêdo (Novo). O texto traz críticas às repetidas ameaças de Bolsonaro à estabilidade democrática.

"A minha posição, já a expressei publicamente, é que, por exemplo, esses pré-candidatos

do chamado centro deviam se expor à mídia. A mídia deveria convidá-los para debates entre eles. Eles já assinaram um manifesto. Por que a mídia não os chama para um debate, pela internet? Mas um debate mesmo. Não há nenhum impedimento legal para isso", sugeriu Antônio Lavareda.

Para o cientista político André Pereira César, da Hold Assessoria Legislativa, Bolsonaro "está pagando o preço pela opção que fez de não descer do palanque" após vencer as eleições de 2018. "Quem antecipou toda essa discussão eleitoral foi o Bolsonaro, lá atrás, ainda em 2018, muito antes da pandemia. Nessa época os atores políticos ainda estavam estudando o terreno, tentando entender o novo governo. E quando o presidente fez isso, os adversários foram levados a se colocar, porque política não comporta vácuo", disse.

De acordo com o especialista, com Lula, Dória e outros possíveis candidatos em 2022, Bolsonaro vai encontrar um time bem mais forte do que enfrentou em 2018. "Não só é um grupo mais pesado, como é também um time que, hoje, entende mais o jogo. Primeiro, todo mundo agora conhece Bolsonaro. O presidente não é mais novidade, e se mostrou fraco na gestão, ele é um péssimo gestor público, um péssimo homem de relacionamento com quem importa nas elites políticas e econômicas. Além disso, quem perdeu a eleição de 2018, como Ciro Gomes, não vai repetir os erros e deve fazer uma campanha muito diferente", disse o cientista político.

## Governo pretende prorrogar auxílio

O governo prepara uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para prorrogar o auxílio emergencial. A extensão da ajuda é uma forma de seguir dando assistência às famílias vulneráveis em um cenário de incerteza sobre o avanço da covid-19 e também ganhar tempo para tirar do papel da reformulação do Bolsa Família. O novo desenho do programa social precisa ser lançado até dezembro de 2021, ou acabará engavetado, pois a lei veda a adoção desse tipo de medida em ano de eleições.

O período da prorrogação do auxílio ainda está em discussão dentro do governo porque envolve autorização para gastos acima dos atuais R\$ 44 bilhões já permitidos. No desenho atual, o programa prevê quatro parcelas de R\$ 150 a R\$ 375, resultando em uma despesa em torno de R\$ 11 bilhões ao mês.

Em março, o Congresso aprovou uma emenda constitucional para autorizar a nova rodada do benefício e livrar as despesas de amarras fiscais, como o teto de gastos (que limita o avanço das despesas à

inflação) e a meta fiscal (que permite rombo de até R\$ 247,1 bilhões em 2021). Nessa emenda, foi fixado o limite de R\$ 44 bilhões. Daí a necessidade de uma PEC para ampliar o valor.

Embora haja pressão para prorrogar o auxílio por mais quatro meses, fontes que participam das discussões ponderam que a equipe econômica tende a resistir a uma extensão tão prolongada, uma vez que o custo seria "muito grande". "É o mesmo que falar mais R\$ 44 bilhões", diz uma fonte.

A expectativa é bater o martelo sobre o alcance da prorrogação nos próximos dias, quando deve haver reuniões sobre o assunto na Casa Civil e com o presidente Jair Bolsonaro. A PEC deve ser enviada nas próximas semanas ao Congresso, em um momento de queda de popularidade do presidente.

Atualmente, o governo tem algumas fontes de recursos que poderiam ser usadas para financiar os meses adicionais de auxílio. Além de um "resíduo" dentro dos R\$ 44 bilhões já autorizados, uma vez que o número de elegíveis ficou abaixo do esperado, o governo

Marcello Casal Jr/Agência Brasil - 7/4/20



Equipe econômica tende a resistir a uma extensão tão prolongada do auxílio emergencial

tem cerca de R\$ 7 bilhões de "sobra" do Bolsa Família, pois parte dos beneficiários foi transferida para o programa emergencial.

Os dois saldos somariam cerca de R\$ 10 bilhões, mas o valor é considerado insuficiente para bancar a prorrogação

do auxílio. Além disso, parte dele pode ser também uma fonte para viabilizar a reformulação do Bolsa Família, que prevê

reajuste nos benefícios e criação de bolsas de mérito escolar e esportivo, além de um "voucher" para creches.

**R\$ 11  
BILHÕES**

Valor mensal que custa o atual auxílio emergencial com parcelas de R\$ 150 a R\$ 375